

**A Sala de Recursos Multifuncionais no processo da inclusão escolar: desafios e possibilidades em evidência**

**La Sala de Recursos Multifuncionales en el proceso de inclusión escolar: desafíos y posibilidades en evidencia**

Dnávia Miranda Neves Lobato  
Vera Lúcia Reis da Silva  
**Universidade Federal do Amazonas –UFAM**  
Humaitá – Amazonas - Brasil

**Resumo:**

Este artigo objetiva evidenciar desafios e possibilidades da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) no processo de inclusão escolar em uma escola municipal de Humaitá/AM. A descrição analítica é parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento e, inicialmente, se debruça nas ações desenvolvidas na Sala de Recursos Multifuncionais, através do Atendimento Educacional Especializado (AEE) a alunos público-alvo da educação especial, mediante dados coletados no Censo Escolar, no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no Caderno de Registros da professora da SRM. Os dados evidenciaram que os desafios estão em torno da falta de conhecimentos dos professores em relação a educação especial. Contudo, a SRM tem sido o ponto demarcador com possibilidades de desenvolvimento de um trabalho promissor com ações de apoio aos professores, pais e alunos com necessidades educacionais especiais.

**Palavras-chave:** Sala de Recursos Multifuncionais; Atendimento Educacional Especializado; Inclusão Escolar.

**Resumen:**

Este artículo tiene como objetivo destacar los desafíos y posibilidades de la Sala de Recursos Multifuncionales (SRM) en el proceso de inclusión escolar en una escuela municipal de Humaitá/AM. La descripción analítica forma parte de una maestría en investigación en desarrollo y, inicialmente, se centra en las acciones desarrolladas en la Sala de Recursos Multifuncionales, a través de la Atención Educacional Especializada (AEE) a los estudiantes de educación especial, a través de datos recogidos en el Censo Escolar, el Proyecto Político Pedagógico (PPP) y el Libro de Registros de la profesora de la SRM. Los datos mostraron que los desafíos están en torno a la falta de conocimiento de los profesores en relación con la educación especial. Sin embargo, la SRM ha sido el punto de partida con posibilidades de desarrollar un trabajo prometedor con acciones para apoyar a profesores, padres y estudiantes con necesidades educativas especiales.

**Palabras clave:** Sala de Recursos Multifuncionales; Atención Educacional Especializada; Inclusión Escolar.

## **Introdução**

De acordo com os dados do Censo Escolar/INEP 2020, o público-alvo da Educação Especial tem demonstrado notável crescimento de inserção na Educação Básica. Outrora, esses alunos ficavam à margem do processo de inclusão, e havia modesta procura por matrículas. No entanto, atualmente, em observância à Constituição Federal do Brasil (CFB 1988), ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990), bem como da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/1996), esse público tem sido melhor atendido ao que diz respeito a inserção na Educação Básica. Todavia, vale ressaltar, que a oferta de matrícula sem a devida atenção para o real sentido da inclusão escolar, desvalorizam as leis em sua principal função e outros documentos legais que referenciam a temática em questão.

Para Kassar (2007, p. 65), “[...] a educação hoje é um direito do homem, construção e conquista humana, e deve levar à efetivação de uma vida com qualidade para todas as pessoas”. Dessa forma, é importante atentar para a necessidade de fazer com que a educação inclua a todos, permitindo-lhes uma vida mais digna e valorosa; por isso, propiciar as pessoas com necessidades educacionais especiais o acesso à educação com qualidade, dando-lhes condições de participar e aprender no ensino regular, é papel social da escola.

Com perspectivas de dar visibilidade ao processo de inclusão escolar, este trabalho objetiva evidenciar desafios e possibilidades da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) no processo da inclusão escolar em uma escola municipal de Humaitá/AM. Ressaltamos a importância deste espaço para o atendimento de alunos Públicos-alvo da Educação Especial (PAEE), que possuem Necessidades Educacionais Especiais (NEE) portanto, apoiados para este atendimento, com respaldo legal da Resolução CNE/CEB n.º 2/2001.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) “é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. (Brasil, 2011). Assim sendo, é imprescindível que o aluno com NEE, apesar de suas limitações, tenha presença marcante na escola de ensino regular; uma vez que, inserido nesse espaço e sendo partícipe de atividades em comunhão com os demais membros da

instituição, há possibilidades de se romper barreiras frente a inclusão através da interação social. Diante de alternativas viáveis para o processo de inclusão, consideramos a escola como espaço socializador onde o aluno, como no pensamento de Ribeiro e Lima (2017, p. 69-70) “[...] se privilegia das diversas situações/interações que caracterizam os processos sociais e interpessoais contidos no âmbito escolar [...]”.

De acordo com a Resolução CNE nº 4/2009, artigo 2º, o AEE tem a função complementar e suplementar na formação do aluno; portanto, deve disponibilizar serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem barreiras, com a finalidade de assegurar a plena participação do educando na sociedade, da mesma maneira que o desenvolvimento de sua aprendizagem.

Contudo, para que haja o pleno cumprimento das atribuições do AEE, durante o processo de inclusão, é fundamental a articulação de professores da SRM com os professores da sala regular, bem como outros profissionais da escola, além da família e demais serviços da área da saúde e assistência social, visto que a contribuição e o envolvimento de todos esses profissionais corroboram para o êxito do ensino e da aprendizagem dos alunos. É significativo também destacar que a realização de parcerias com profissionais de outras instituições, na perspectiva de um trabalho adjunto é, certamente, uma barreira que se rompe a favor da inclusão.

Embora o atendimento especializado seja garantido na forma da lei, sabemos que ainda é uma questão desafiadora para a escola e professores, pois há de se considerar que este atendimento é um meio e não um fim em si mesmo, já que o sucesso do trabalho para a inclusão depende de aspectos físicos estruturais, pedagógicos, emocionais e tantos outros que têm significante influência no desenvolvimento dos alunos como um todo.

Na atual conjuntura, é legítimo que se exija o cumprimento dos direitos em relação a educação como direito de todos. Todavia, paradigmas enrijecidos a respeito da diversidade, em seus vários aspectos, precisam ser rompidos; logo, é importante atentar para a necessidade de conscientizar a comunidade escolar sobre o fortalecimento e união de forças, em favor dos que, ainda, se encontram à margem do ensino regular nas escolas públicas. Fazendo assim, a escola caminha para ser um ambiente acessível para a inclusão dos que almejam a possibilidade de nela estar para estudar.

## *A Sala de Recursos Multifuncionais no processo da inclusão escolar: desafios e possibilidades em evidência*

Ao ponderarmos a impreterível necessidade de se fazer cumprir os documentos oficiais, no que diz respeito a educação inclusiva, deparamo-nos com a complexidade que permeia a inclusão escolar, da mesma forma que somos cientes dos desafios para o cumprimento de um atendimento condigno ao público-alvo a que se destina, tanto do macro quanto do microssistema. Contudo, estes precisam cumprir com suas incumbências diante do dever da educação para todos.

Diante do exposto, este artigo traz a evidência de dados preliminares de uma pesquisa em desenvolvimento a nível de mestrado, que foram coletados, inicialmente, através de documentos pesquisados referentes a escola, lócus do estudo. Dentre os documentos estão: Censo Escolar, Projeto Político Pedagógico (PPP) e Caderno de Registros da professora da SRM. Todos esses registros mostraram-se como fontes importantes para os primeiros passos em busca da juntada de dados, que são pertinentes aos objetivos propostos pela pesquisa.

### **Metodologia**

O texto de caráter documental, parte da premissa de que pesquisas baseadas em documentos, como na percepção de Gil (2002), constituem uma fonte rica de dados, mesmo que estáveis e com limitações. Assim, as pesquisas baseadas em documentos são importantes porque proporcionam uma visão melhor do problema levantado.

Diante do objetivo maior, a análise privilegia um estudo de abordagem qualitativa de dados que não podem ser quantificáveis. Para Chizzotti (2013), a pesquisa qualitativa recobre o campo transdisciplinar, uma vez que envolve as ciências humanas e sociais, implicando pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados aparentes e latentes, os quais somente são perceptíveis por meio de uma atenção sensível.

Para dispor dos dados preliminares, buscamos informações na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), com a intenção de identificar a escola com maior número de matriculados como PAEE. Através do Censo Escolar – INEP/MEC foi possível identificar a escola com a maior concentração de alunos matriculados com necessidades educacionais especiais da rede municipal. Esse foi um dos critérios influenciadores para a seleção da escola, lócus do estudo.

Dedicamo-nos, inicialmente, à leitura de leis, decretos e resoluções a respeito da Educação Especial, em seguida, nos debruçamos no Censo Escolar (2019) e no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, a fim de verificarmos as ações/atividades registradas e executadas no ano de 2019, no que tange à participação e ao envolvimento inclusivo dos alunos, além dos Registros da professora da SRM onde foi possível verificar o cotidiano vivenciado por ela nessa sala.

A Constituição Federal do Brasil (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) são leis que merecem ser enfatizadas como leituras que foram preponderantes nesse estudo, pois são documentos que pelo poder de força maior requerem a obrigatoriedade e o cumprimento de direitos peculiares em relação a educação especial. Da primeira, podemos destacar as premissas “a educação como direito de todos” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”; da segunda, a garantia, dentre outras coisas, do atendimento educacional especializado às crianças com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino; da terceira, o serviço de apoio especializado, quando necessário, na escola regular para atender a clientela da educação especial. Mas, diante de todo o emaranhado de desafios frente a educação especial, levantamos o problema deste estudo preliminar: Que desafios e possibilidades são evidenciados através do trabalho realizado na Sala de Recursos Multifuncionais de uma escola de esfera municipal?

Além das leis mencionadas vale destacar, em específico, o olhar mais atento dado à Resolução N° 4/2009 do CNE/CEB em que o foco é orientar o estabelecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica; ao Decreto nº 7611/2011 que estabelece novas diretrizes para o Estado para com a educação das pessoas público-alvo da Educação Especial; à Lei 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão, chamada também de Estatuto da Pessoa com Deficiência que remete a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino.

A escola lócus da pesquisa, abriga a SRM há doze anos, é da rede pública municipal de ensino fundamental, onde o atendimento aos alunos é no contraturno. Mesmo com todos esses anos da existência dessa sala, a escola tem suas limitações para o atendimento a todos os alunos da PAEE matriculados no AEE, pois, além do trabalho ser realizado apenas

### *A Sala de Recursos Multifuncionais no processo da inclusão escolar: desafios e possibilidades em evidência*

por uma professora, a SRM é um ambiente carente de recursos e equipamentos tanto didáticos quanto pedagógicos. Mas, mesmo diante desses desafios há uma procura significativa por parte da comunidade. No ano letivo de 2019, essa instituição computava 530 alunos matriculados, e 25 desses participavam da SRM no AEE.

### **Resultados e Discussão**

Ao tratarmos da inclusão escolar nos remetemos ao direito de pessoas com necessidades educacionais especiais de terem acesso ao ensino na escola regular. Contudo, são pessoas com características e especificidades singulares e, para que haja aprendizado, precisam de atendimento conforme suas necessidades específicas. É neste sentido que as legislações precisam sair do papel e proporcionar uma educação de qualidade para todos. Mas, a inclusão escolar na realidade brasileira parece andar em passos lentos, pois falta um olhar mais atento por parte do poder público para a necessidade de profissionais especializados e para a escassez de recursos, o que dificulta o trabalho para uma efetiva inclusão.

Na ânsia de cumprir com as exigências legais para o processo da inclusão, a escola lócus do estudo, dá os passos iniciais quando abre suas portas para a implantação da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) para atender o público-alvo da educação especial. Portanto, essas salas são,

espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. (ALVES, 2006, p. 13).

Diante da busca de respostas para o problema proposto pela pesquisa, os documentos analisados foram o Censo Escolar, o PPP e Caderno de Registros da professora da SRM e nesses documentos foi possível identificar:

1-No Censo Escolar (2019). Dentre os alunos da escola com laudos comprobatórios, estão os com: surdez (02 alunos), cegueira (01 aluno), baixa visão (03 alunos), Síndrome de Down (02 alunos), Transtorno do Espectro do Autismo (07 alunos), paralisia cerebral (01 aluno), deficiência cognitiva (03 alunos), outros transtornos como de comportamento e aprendizagem (06 alunos). Esses alunos matriculados no ensino regular recebem

atendimento especializado na Sala de Recursos Multifuncionais por uma única professora lotada na escola para essa finalidade, sempre no contraturno. Há de se fazer uma análise reflexiva sobre tamanha responsabilidade que recai sobre essa profissional diante da complexidade que se torna seu trabalho em dar conta de casos bem específicos, uma vez que não há registro de que a escola possua, por exemplo, interprete de LIBRAS para atender os alunos surdos, nem cuidador ou professor auxiliar para atender os alunos na sala regular. Diante dos esforços, ainda, faltam investimentos para que a inclusão escolar não se limite à implantação, apenas, da Sala de Recursos Multifuncionais e que esse espaço não seja visto como um espaço de segregação, mas de apoio para o desenvolvimento da aprendizagem e de estratégias para a inserção escolar.

2-No Projeto Político Pedagógico (PPP). As ações propostas, planejadas e executadas na SRM são descritas pelo desenvolvimento das atividades e ações identificadas no PPP, que foram:

a) Encontro Escolar: Atividade realizada com a participação dos professores por turno, no início do ano letivo. Durante essas atividades, os docentes recebem orientações sobre temas como deficiência, doença mental, transtornos, síndromes, dificuldades de aprendizagens, indisciplina, dentre outros que são apresentados pela professora da SRM. Neste encontro, discutem e propõem ações de inclusão dos alunos nas atividades. As falas mais recorrentes dos professores são no sentido de exporem seus anseios e medos, por se considerarem despreparados; não saberem adaptar os materiais didáticos; não sabem proceder com a avaliação desses alunos; além da falta de tempo para essas atividades.

Diante do despreparo e insegurança dos professores, há de se ter a sensibilidade por parte da escola em proporcionar encontros que possibilitem a capacitação em serviço ao corpo docente. Neste sentido, um cronograma para a execução de encontro de estudos, participação colaborativa da professora de SRM junto aos professores, planejamento coletivo de atividades, são possibilidades de sanar ou minimizar as dificuldades mais prementes apresentadas.

A falta de conhecimento científico e pedagógico requer a necessidade de contínua formação dos professores do ensino regular. Nesse sentido, a contribuição que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB) trouxe aos professores é impreterível, pois, no que tange à explanação, à

*A Sala de Recursos Multifuncionais no processo da inclusão escolar: desafios e possibilidades em evidência*

execução e à utilização dos recursos para a capacitação e aperfeiçoamento dos docentes em serviço, ele muito contribui. Esse fundo trouxe, conforme Gatti (2008, p. 64), “pela primeira vez na história educacional do país, respaldo legal para financiamento sistemático de cursos de formação de professores em serviço”.

Diante dessa necessidade, acreditamos que frentes de trabalho precisam ser criadas para que estratégias viáveis sejam desenvolvidas na escola para o enfrentamento dos desafios que são visíveis e, minimizar as dificuldades que emergem no contexto da inclusão escolar. Assim, um projeto político pedagógico com vistas à inclusão precisa visualizar a diversidade e especificidade da comunidade escolar, tendo o compromisso de todos em fazer valer e dar vida a esse documento, daí a importância da participação dos profissionais da escola, da família e da comunidade nessa construção.

b) Palestra: Atividade do Projeto “Conhecendo e Respeitando as Diferenças”, que existe na escola desde o ano de 2012. No início do ano letivo, todas as turmas participam dessa palestra, que tem como tema central o “respeito”, e busca dar ênfase à diversidade na escola, incluindo assuntos relacionados à diferença social, cultural, econômica, étnica, crença, gênero, além dos aspectos físico, biológico e mental. O desenvolvimento dessa palestra dá-se através de momentos enriquecidos com vídeos, histórias, músicas, depoimentos e poesias sobre o tema. Como ocorre por turma, essa etapa tem duração de uma hora a uma hora e meia, e os alunos interagem, tiram suas dúvidas, dão suas contribuições e sugestões. O objetivo da palestra é conscientizar e sensibilizar os alunos para que possam colaborar com a inclusão, efetivar o respeito e valorizar a diversidade.

Percebemos que o encontro e a palestra, mesmo que pontuais na escola são propulsores de esclarecimentos e informações importantes, capaz de despertar o espírito de respeito e solidariedade entre a comunidade escolar. Sendo, portanto, iniciativas válidas, pois se a escola não dispuser de um projeto que norteie suas ações em relação a inclusão, terá dificuldades de se construir como um espaço que inclui.

Recorremos a Orrú (2017, p. 26), lembrando o pensamento de Deleuze, que é necessário “[...] desbravar os problemas que nos afetam, que afetam a escola, que afetam os aprendizes, que afetam o processo pedagógico, dialógico e inclusivo [...]”. Nesse sentido, cabe a toda a comunidade escolar, buscar alternativas para vencer os desafios e as

dificuldades que emergem na escola frente a inclusão, como o ato de aceitar o outro com suas diferenças, suas singularidades e individualidades.

c) Reunião com os pais: Atividade realizada pela professora da SRM que envolve os pais dos alunos, público-alvo do AEE. Nessa ação, são discutidos temas como a função da sala, as atribuições da professora, o funcionamento para os atendimentos, bem como a importância desse ambiente. O responsável pelo aluno decide, mediante o Termo de Responsabilidade, se o filho ou a filha irá ou não participar do atendimento oferecido pela escola através da SRM. Mas, há alguns pais que resistem ou demoram decidir na participação dos filhos nesse ambiente. Caso o responsável confirme a participação, caberá a ele agendar o horário e o local da entrevista com a professora.

d) Entrevista: Momento em que são colhidas as informações sobre o aluno, as quais são utilizadas como instrumento facilitador para o planejamento do trabalho da professora. Essa entrevista ocorre sempre no início das aulas, e torna-se essencial para o atendimento no AEE, pois é através das referências concedidas pelos familiares que se começa a planejar as primeiras ações/atividades. A partir da entrevista, faz-se a montagem do histórico escolar dos alunos, registrando informações voltadas às áreas cognitiva, motora e social, ou seja, elabora-se o documento no qual constam dados da vida escolar e pessoal do aluno.

e) Encontro mensal: Momento em que os familiares socializam seus desafios, êxitos e sucesso na aprendizagem dos alunos. Essa ação mostra-se também como uma etapa de socialização, já que são dados depoimentos, ideias, sugestões e gestos de incentivo, os quais ajudam na valorização da sala de recursos. Nesses encontros, além disso, acontecem palestras com assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos, especialistas da educação, da mesma maneira que sugestões de eventos favoráveis ao desenvolvimento dos alunos na área acadêmica, psicologia, social, emocional.

f) Atendimento Educacional Especializado: A partir dos dados adquiridos sobre os alunos, passa-se para a primeira etapa do AEE. A professora da SRM elabora o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), a partir da entrevista com a família e a avaliação do aluno. Esse plano é um suporte norteador sobre o conhecimento característico e específico de cada aluno. E com o intuito de contribuir para o PDI, são realizadas observações que têm durabilidade de trinta minutos a uma hora, objetivando verificar o comportamento nos

*A Sala de Recursos Multifuncionais no processo da inclusão escolar: desafios e possibilidades em evidência*

diversos espaços da instituição escolar, como: sala de aula, pátio, quadra de esportes e hora do recreio. Com o PDI pronto, a professora busca efetivar, quando possível, conjuntamente com os professores da sala regular e educadores físicos, o Plano Especializado Individual (PEI). Esse plano é elaborado pela professora da SRM com a ajuda do professor da sala regular e da família, pois esse documento norteará, também, a elaboração de atividades na sala de recursos. A proposta do PEI sempre para o primeiro semestre é integrar os alunos novatos, priorizando a interação com a turma e a autonomia no ambiente escolar. No que diz respeito aos alunos de anos anteriores, busca-se dar sequência às atividades escolares de cunho inclusivas, as quais são voltadas para as áreas cognitiva, motora e social. No final do ano letivo, é entregue o Relatório Individual, documento este onde são apresentados as dificuldades e os avanços que os alunos tiveram.

Há registro, também, no PPP que a escola conta com a colaboração e o apoio dos profissionais da equipe multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que é composta de psicólogo, fonoaudiólogo e assistente social. O psicólogo atua na identificação e possível diagnóstico do aluno que precisa de assistência, faz o acompanhamento e o encaminha para o atendimento clínico. Já a fonoaudióloga, identifica as dificuldades, faz a avaliação e, quando necessário, encaminha ao atendimento clínico. Para que a assistente social efetue o acompanhamento do aluno, é necessário, primeiramente, que os professores façam a solicitação através de requerimento. Com base na solicitação é feito o acompanhamento e o atendimento de casos: orientações de solicitação de Benefício de Prestação Continuada – BPC; casos de vulnerabilidade; agendamento de consultas; definição das datas de visitas domiciliar, para entender o desenvolvimento do aluno, suas dificuldades, suas limitações e de sua família.

3) No Caderno de Registros da professora da SRM. Foi identificado que é desenvolvido o atendimento educacional especializado por essa profissional, de maneira efetiva, há mais de dez anos. E para melhor compreensão do desdobramento das atividades realizadas com os alunos na SRM, descrevemos como essas ocorrem:

- a) Com os surdos é ensinado a LIBRAS, pois eles encontram-se em processo de alfabetização da língua e, para tanto, são ensinados contextos básicos do dia

a dia, envolvendo temas como: membros da família; ambiente escolar e residencial; substantivos; adjetivos; numerais; verbos.

- b) Aos alunos cegos é ensinado, por meio da máquina, o BRAILLE, para que possam aprender os códigos da escrita e leitura.
- c) O desenvolvimento das atividades dos alunos que possuem Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) ocorre segmentado, visto que estes estão nos anos iniciais do ensino fundamental e precisam ser trabalhados individualmente.
- d) Para os alunos com Deficiência Intelectual (Síndrome de Down), Paralisia Cerebral e a Deficiência Cognitiva, são trabalhadas atividades variadas e com materiais psicopedagógicos diversos.

Diante das evidências dessas atividades, concordamos com Damazio (2007), ao dizer que a comunicação através da língua materna do educando é um dos focos do ensino na SRM. Por isso, consideramos válido o registro da professora mencionar a presença da família na escola, lócus do estudo, um dia na semana, com uma hora de aula em LIBRAS – essa ação é significativa em razão de aproximar o responsável pelo aluno com a escola e ter conhecimento na prática da língua materna do surdo, pois o desconhecimento da LIBRAS pela família é um desafio a ser vencido.

O uso da máquina de BRAILLE para os alunos cegos é essencial, entretanto o equipamento que é usado na escola não é de sua propriedade. A permanência do tempo desse equipamento cautelado pela escola garante certa estabilidade, mas é imprescindível que não se meçam esforços para a aquisição desse instrumento. Neste sentido, percebe-se que para a SRM falta o cumprimento legal requerido para sua instrumentalização.

Aos alunos com TEA, é importante, como no dizer de Mello (2007) que se considere as singularidades de cada aluno, ponderando suas limitações nas áreas de comunicação, comportamento e socialização. Como a escola não dispõe de professor auxiliar para colaborar com o suporte pedagógico dos alunos autistas, algumas famílias participam das aulas com os filhos em comum acordo com a gestão e os professores. Esse direito dos alunos com TEA a acompanhante especializado precisa, urgentemente, ser resolvido pela escola.

## *A Sala de Recursos Multifuncionais no processo da inclusão escolar: desafios e possibilidades em evidência*

Pelos registros, observamos que as atividades desenvolvidas com os alunos não acontecem somente na sala de SRM, mas também na sala de ensino regular e nas atividades de educação física. Mas, vale ressaltar que o esforço para um trabalho conjunto entre a professora da SRM e de outros professores diante das demandas de cada um, exige força de vontade e pré-disposição para fazer acontecer o que foi planejado. Caso contrário, as atitudes, o modo de agir e lidar com as situações podem dar margem para a exclusão.

Os registros das atividades são feitos através do caderno de bordo, fotos, portfólio e vídeos autorizados pelos responsáveis dos alunos. Conforme verificamos, as ações empreendidas dizem respeito ao desenvolvimento: cognitivo, direcionado para a linguagem, atenção, memória, percepção e raciocínio lógico; motor, envolvendo atividades da coordenação motora grossa e fina; social, com atividades relacionadas aos aspectos emocional, afetivo e social.

Em relação as ações referentes ao aprendizado dos conteúdos, a atenção maior está voltada para a leitura, a escrita e cálculos matemáticos. Os alunos também demonstram talento na pintura, tocam instrumentos, cantam e se interessam pelos esportes. Todavia, conforme as anotações da professora, o desenvolvimento dessas práticas ocorre de modo mais eficaz quando há o apoio familiar, mas a escola ainda não tem investido nessas atividades que são grandes aliadas no processo de desenvolvimento das capacidades e habilidades dos alunos.

Foi constatado que a professora da SRM, possui especialização em Psicologia Escolar e Atendimento Educacional Especializado e, atualmente, cursa pós-graduação *strito sensu*. Por meio do amparo legal, é traçado o perfil do profissional para trabalhar na SRM. Por isso, não se pode ignorar ou deixar passar despercebido os critérios requeridos para quem pretende trilhar por esse campo da educação inclusiva.

O professor da sala de recursos multifuncionais deverá ter o curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. A formação docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, Ensino de Língua Portuguesa para surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros. (ALVES, 2006, p. 17).

Sendo assim, a formação requer conhecimentos teóricos e práticos, os quais garantam o devido suporte para o professor trabalhar com os alunos com NEE, uma vez que é esse profissional que estará na linha de frente do processo da inclusão e, portanto, precisa ter conhecimento científico e pedagógico para o exercício da profissão.

Como o processo de ensinar e aprender é baseado nas limitações e nas capacidades dos alunos, o papel do professor da SRM se caracteriza pelo AEE, o qual efetua a adequação e a adaptação das atividades escolares, além de disponibilizar orientação aos professores e demais profissionais, a fim de que ocorra a participação dos alunos nas ações realizadas pela escola.

Com base no Decreto 7.611/2011 Art. 3º, os objetivos do atendimento educacional especializado são:

- I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Diante de dispositivos que norteiam a inclusão escolar, percebe-se a necessidade de recursos humanos nesta área. Apesar de a escola ter um quadro de professores considerado adequado para atuar nas salas regulares do ensino fundamental, ainda, faltam profissionais no quadro efetivo da escola. É imprescindível também a presença do cuidador, do professor auxiliar e do intérprete de LIBRAS. Mas, para esse processo é importante atender as exigências da Resolução N° 1/2002 do CNE/CP, ao enfatizar que para a Educação Inclusiva, a formação deve incluir conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

É neste sentido que os profissionais de uma escola que se diz inclusiva, precisam de qualificação profissional, pois como receberão alunos com necessidades educacionais especiais se não se sentem preparados para tal. De uma coisa temos certeza, a inclusão escolar é um direito adquirido e a Lei 13.146/2015 mostra-se como mais um dispositivo legal que incumbe ao poder público a responsabilidade pela garantia dos direitos dessas pessoas. A referida Lei prima no Art. 28, inciso II, pelo aperfeiçoamento dos sistemas educacionais,

### *A Sala de Recursos Multifuncionais no processo da inclusão escolar: desafios e possibilidades em evidência*

porquanto visa garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, através da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade, na condição de eliminar as barreiras e promover a inclusão plena.

Diante de todos os reveses que cercam a educação especial, os documentos analisados revelaram que a escola, lócus do estudo, tem aberto as portas em que o acesso e a permanência foram pontos favoráveis para a inclusão do público-alvo da educação especial, haja vista não ter havido no ano de 2019 nenhuma desistência por parte desses alunos. Mas, reconhecemos a importância de melhor organização da escola no sentido de cobrar do órgão mantenedor investimentos de recursos humanos e pedagógicos para o atendimento mais promissor na escola.

O cumprimento na íntegra de documentos que se referem à necessidade de incluir a todos, dando condições necessárias e adequadas para a participação ativa, requer um trabalho mais efetivo e articulado institucionalmente. À vista disso, esses documentos que dão legalidade a esse feito da educação especial precisam sair no papel, sendo necessário o apoio técnico e financeiro às escolas públicas no oferecimento dessa modalidade de ensino.

Portanto, sendo a educação um direito subjetivo e, portanto, inalienável, as legislações, resoluções, decretos e outros documentos precisam de operacionalização de forma concreta para uma verdadeira inclusão, pois os desafios começam em garantir uma educação de qualidade para todos, mas sem disponibilizar profissionais qualificados para isso, nem os recursos necessários para pôr em marcha de maneira significativa o que a escola se propôs, as dificuldades se sobrepõem às possibilidades.

### **Considerações finais**

Ao ponderarmos a educação na perspectiva da inclusão, consideramos que uma escola que se caracteriza como inclusiva se preocupa em cumprir com os trâmites legais da obrigatoriedade que recai sobre ela como instituição formadora, mesmo que as legislações apresentem falhas e em algumas situações abram margem para interpretações que soam como exclusão, ao usar a expressão “o acesso a educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular”, isso abre espaço para que alunos com deficiência sejam tolhidos de seus direitos.

Mas, ao que diz respeito a respostas para o problema proposto por esta pesquisa, a escola, lócus do estudo, se vê diante de desafios, mas também, de possibilidades de fazer com que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam aceitos e façam parte do quadro da escola como discentes e recebem o atendimento. Mesmo a escola apresentando suas limitações é possível dizer que esta instituição não se omite em fazer com que, na medida do possível, a inclusão seja um de seus alvos.

Um dos desafios em evidência é o despreparo de professores do ensino regular e a falta de tempo para organizarem atividades que atendam as especificidades dos alunos. Podemos dizer que falta a escola atentar para o número de alunos por sala e das condições oferecidas a esses professores. Nesse sentido, ter aluno com necessidades educacionais especiais em uma sala de ensino regular não é sinônimo de inclusão, mas de dar condições tanto aos professores quanto aos alunos para que o processo não se caracterize como segregação ao invés de inclusão.

A falta de conhecimentos científicos e pedagógicos dos professores que se dizem inseguros e sem tempo para buscarem a capacitação devida em relação a educação especial é um desafio que precisa estar na pauta do PPP e da gestão pedagógica da escola, em busca de sanar essa defasagem evidenciada.

A instrumentalização devida para a SRM, os recursos humanos que dê suporte para os professores da sala regular e da sala de recursos são essenciais para o bom andamento do ensino e da aprendizagem dos alunos. Nesses itens, a escola precisa se mobilizar para requerer o que lhe é devido na forma da lei e assim suprir essa necessidade que se demonstra como ponto negativo diante do contexto apresentado.

Apesar da complexidade que ronda em torno da educação especial, a escola lócus do estudo, se mostra como um espaço aberto para o acesso de alunos com necessidades educacionais especiais e a presença destes em salas do ensino regular é uma realidade positiva que faz com que a escola seja uma referência na comunidade como uma escola inclusiva.

O compromisso da professora da SRM em desenvolver os trabalhos com os alunos do AEE foi o diferencial evidenciado no estudo, com possibilidades de fazer acontecer a

*A Sala de Recursos Multifuncionais no processo da inclusão escolar: desafios e possibilidades em evidência*

inclusão escolar, dando o apoio aos professores, às famílias e aos alunos, demonstrando a necessidade de romper as barreiras que impedem a inclusão escolar. Contudo, deixar a maior responsabilidade com apenas uma professora é uma questão que a escola precisa rever e se mobilizar para avançar rumo a uma inclusão plena.

Neste sentido, não interessa apenas que a escola tenha um espaço que abrigue uma SRM; é fundamental o compromisso social de todos os envolvidos nesse processo e para essa tarefa é imprescindível que a comunidade escolar tome para si, também, a responsabilidade de reivindicar seus direitos junto ao poder público para fazer acontecer, de fato, a inclusão escolar.

Diante da urgência da verdadeira inclusão escolar, a mobilização precisa ser da gestão, dos professores, das famílias e da comunidade onde a escola está inserida. E é fundamental que os órgãos mantenedores da educação viabilizem meios e condições de se fazer cumprir o que foi legitimado, pois as limitações da escola e dos professores inviabilizam o trabalho de quem está na linha de frente do processo de ensino e de aprendizagem de alunos com ou sem deficiência.

À vista disso, esperamos que a temática em estudo suscite questionamentos que propiciem reflexões sobre questões que ainda carecem de respostas plenas e, por se tratar de um trabalho inconcluso, prosseguimos em busca do que se propôs a pesquisa de modo mais abrangente.

### **Referências**

ALVES, Denise de Oliveira et. al. **Salas de recursos multifuncionais:** espaços para atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial, 2006.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 2 fev. 2018.

BRASIL, Lei nº 8.069/1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Senado Federal. Brasília, DF: 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 2 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2 de 11 setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf). Acesso em: 6 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. Resolução nº. 4 de 02 de outubro de 2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 6 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **A educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília, DF: MEC, 2011.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência:** Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisas qualitativas em ciências humanas e sociais.** 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. 143p.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez.** SEESP/SEED/ MEC. Brasília. 2007.

GATTI, Bernardete. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, última década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

KASSAR, Mônica carvalho de Magalhães. In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LEPLANE Adriana Lia Frizman de. **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva.** São Paulo: Autores associados. 2 ed. 2007.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático.** 6. ed. AMA: Brasília. 2007.

ORRÚ, Sílvia Ester. **O re-inventar da inclusão.** Editora Vozes. Edição do Kindle. 2017.

RIBEIRO Fernanda Cecília; LIMA Verônica Daniela Gomes de. In: COSTA Vanderlei Balbino da; RODRIGUES Vânia Ramos. **Novos horizontes sobre inclusão: múltiplos olhares.** 2017.

SEMED. **Projeto Político Pedagógico.** Escola Municipal Centro Excelência Irmã Carmem Cronenbold. 2019.

*A Sala de Recursos Multifuncionais no processo da inclusão escolar: desafios e possibilidades em evidência*

**Sobre os autores**

**Dnávia Miranda Neves Lobato**

Professora da rede pública municipal. Formação em Normal Superior e Licenciatura em Ciências Biológicas e atualmente cursa a pós-graduação nível de Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades – IEAA/UFAM na cidade de Humaitá/AM.

E-mail: [dnaviamn@hotmail.com](mailto:dnaviamn@hotmail.com) orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5728-5323>

**Vera Lúcia Reis da Silva**

Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Campus de Humaitá/AM. Atua nos cursos de Graduação e no Programa de Pós-graduação de Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH). Tem experiência na área da Educação, atuando nos seguintes temas de estudo: Formação de professores; Metodologias; Docência universitária; Ensino superior; Professores iniciantes; Práticas pedagógicas; Desenvolvimento profissional docente.

E-mail: [verareis@ufam.edu.br](mailto:verareis@ufam.edu.br) orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4166-5386>.

Recebido em: 10/12/2020

Aceito para publicação em: 13/01/2021